

PROBLEMAS NO USO DE *EMPATIA* EM INVESTIGAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO MORAL

PROBLEMS IN THE USE OF *EMPATHY* IN INVESTIGATIONS ON MORAL BEHAVIOR

MATHEUS DE MESQUITA SILVEIRA¹
(UCS/FAPERGS - Brasil)

RESUMO

Os últimos anos apresentaram grande quantidade de pesquisas conceituais e empíricas sobre a empatia, além de um crescente interesse público pelo tema. Nesse contexto, as esferas acadêmica e pública, diversas vezes, utilizam *empatia* e *moralidade* de forma intercambiável. Neste artigo, argumentar-se-á que existe uma relação entre ambas, porém com diferentes níveis de sobreposição. O problema está na amplitude contemporânea do conceito de *empatia* e sua consequente polissemia. Na construção do argumento, será relevante distinguir as diferentes características do fenômeno de vinculação emocional, em particular a *ressonância emocional*, a *preocupação empática* e a *tomada de perspectiva*. A distinção conceitual seguirá uma linha empírico-materialista: diferentes fenômenos corporificados necessitam de definições conceituais específicas. Afinal, cada um desses processos psicobiológicos influenciam juízos normativos de modo particular, incorrendo em formas de comportamentos sociais variados. A pluralidade de descobertas das ciências cognitivas ilustrará a relação complexa e ambígua acerca da definição de empatia. O ponto central para compreender essa relação consistirá na defesa de maior precisão conceitual acerca dos fenômenos de vinculação emocional associados à moralidade.

Palavras-chave: Moralidade; Empatia; Ressonância emocional; Preocupação empática; Tomada de perspectiva.

ABSTRACT

The past few years have seen a great deal of conceptual and empirical research on empathy, in addition to a growing public interest in the topic. In this context, the academic and public spheres often use *empathy* and *morality* interchangeably. In this article, it will be argued that there is a relationship between both, but with different levels of overlap. The problem lies in the contemporary breadth of the concept of empathy and its consequent polysemy. In the presented argument, it will be relevant to distinguish different characteristics of emotional attachment, especially, *emotional resonance*, *empathic concern*, and *perspective-taking*. The conceptual distinction will follow an empirical-materialist line: different embodied phenomena need specific conceptual definitions. After all, each of these psychobiological processes influences normative judgments in a particular way that incurs different forms of social behavior. The plurality of discoveries in cognitive sciences will illustrate the complex and ambiguous relationship regarding

the definition of empathy. The central point to understand this relationship will be the defense of greater conceptual precision about the phenomena of emotional attachment associated with morality.

Keywords: Morality; Empathy; Emotional resonance; Empathic concern; Perspective-taking.

Introdução

Empatia é um conceito denso e complexo. Na arena pública, auferir essa qualidade a um indivíduo geralmente denota um elogio a sua sensibilidade. Todavia, o endosso da empatia enquanto qualidade moral requer uma maior compreensão do fenômeno da vinculação emocional. Portanto, faz-se necessário esclarecer de que modo ela se faz presente no comportamento moral. A perspectiva contemporânea adotada em investigações desse tipo ecoa um problema amplamente humeano, em particular no que tange à definição de empatia. A ideia central de Hume (2000) é que empatia² é uma qualidade da natureza, e não uma emoção específica. Portanto, refere-se à capacidade de sentir o estado emocional análogo ao de outro indivíduo, independentemente da valência emocional. Ainda, é possível interpretar o fenômeno como o sentir a emoção que se imagina que o outro sente. Em ambas as posições, pode-se considerar a empatia como uma inferência associativa a partir da percepção de expressões emocionais, as quais são comunicadas por reações corporificadas.

Quando vejo os *efeitos* da paixão na voz e nos gestos de alguém, minha mente passa imediatamente desses efeitos as suas causas, e forma uma ideia tão viva da paixão que essa ideia logo se converte na própria paixão. De maneira semelhante, quando percebo as *causas* de uma emoção, minha mente é transportada a seus efeitos, sendo movida por uma emoção semelhante (HUME, 2000, p. 615).

Dentro do escopo humeano, há inúmeras investigações conceituais e empíricas sobre a empatia. Batson (1995, p. 1042) a define "como uma resposta emocional orientada ao outro, congruente com o bem-estar percebido em outra pessoa". Prinz (2011) argumenta contra essa definição, dizendo que esse fenômeno seria mais bem caracterizado como *preocupação*, pois o foco está no bem-estar de outro indivíduo. De fato, o termo *preocupação empática* é utilizado em grande parte na abordagem supracitada. A crítica do filósofo norte-americano segue pela defesa de que esse fenômeno resultaria da combinação de dois componentes distintos, pois a preocupação com o bem-estar alheio poderia ser realizada sem que

o indivíduo *sinta como se* estivesse naquela situação. O autor exemplifica que é possível preocupar-se com uma planta ou mesmo com um edifício em ruínas.

Em princípio, a empatia poderia ser melhorada pela combinação com a (des)aprovação e algum procedimento para atingir a imparcialidade. Mas, uma vez que tenhamos esses outros mecanismos em funcionamento, a empatia pode se revelar supérflua. Se aprendermos a ver estranhos distantes como dignos de preocupação, e se ficarmos indignados quando suas necessidades não forem atendidas e encantados quando os ajudamos, então seremos motivados a agir em seu nome. A empatia sai de cena (PRINZ, 2011, p. 229).

A questão é se o indivíduo pode sentir preocupação sem ser capaz de experimentar formas mais básicas de ressonância emocional. Prinz (2011) responde que a empatia denota um tipo de sensação que necessita ser minimamente possível com relação a **X**. Nesse caso, a preocupação incluiria tanto a descoberta de uma sensação para com **X**, mas também com respeito a **X**. A falha em isolar ambos os fenômenos trariam como resultado uma confusão nas discussões sobre o tema – elas almejavam mostrar o valor da empatia, mas seu foco, na verdade, seria a preocupação. Concorda-se com o autor que a *preocupação empática* é um fenômeno distinto de outras formas mais elementares de *empatia*. Contudo, ao longo deste artigo, defender-se-á que formas mais básicas de apego emocional são condições necessárias às formas mais complexas.

A empatia enquanto um *conceito sombrinha*

Afinal, o que é empatia? Darwall (1998, p. 261) a define como "sentir o que alguém imagina que o outro sente, ou talvez devesse sentir (medo, digamos), ou em alguma cópia imaginada dessas sensações". O autor ressalta que a empatia envolve o colocar-se no lugar do outro. Essa definição apela à imaginação enquanto um ato mental e requer a intencionalidade de quem imagina. É uma posição intelectualmente robusta que ignora formas mais simples de apego emocional. Por sua vez, Hoffman (2000) adefere ao conceito a ideia de *ressonância emocional*, ou seja, sentir uma emoção correspondente à sentida por outro. Aqui há uma controvérsia, pois um simples ressoar não pode ser considerado como um ato

imaginativo. Pelo contrário, está mais próximo de um mimetismo emocional.

É plausível considerar que a empatia envolva reações automáticas compatíveis com a ideia de ressonância emocional. Todavia, é igualmente factível alocar a imaginação como necessária a determinadas experiências emocionais. Por exemplo, quando não há evidências diretas sobre a emoção sentida e é necessário fazer inferências sobre o contexto situacional. Pode-se sentir esperança por um piloto de corridas que está se aproximando do adversário na liderança ou ansiedade pela possibilidade do primeiro colocado ser ultrapassado. Em nenhum dos casos há indicação da expressão emocional dos envolvidos, mas a situação pode engatilhar uma forma de apego emocional.

Prinz (2011) defende que a empatia é uma emoção vicária e consiste em sentir o que o outro sente. O autor abrange essa experiência desde a resposta automática da ressonância emocional até o complexo exercício da imaginação. A posição do filósofo norte-americano ecoa, em certa medida, a tradição do sentimentalismo britânico. De fato, Smith (2002, p. 7) define que "seja qual for a paixão que proceda de um objeto qualquer na pessoa primeiramente atingida, uma emoção análoga brota no peito de todo espectador atento ao pensar na situação das outras". Na medida em que aloca na mesma definição diferentes fenômenos associados ao apego emocional, o autor mantém a empatia como um *conceito sombria* e pouco avança acerca da clarificação conceitual necessária ao debate contemporâneo sobre o tema.

A literatura empírica também não é precisa em sua distinção conceitual, frequentemente alocando sob o termo *empatia* fenômenos emocionais bastante distintos. As neurociências focam suas pesquisas majoritariamente nas relações interpessoais, incluindo a vinculação parental, a preocupação pelo bem-estar alheio e a cooperação entre membros do mesmo grupo. Na mesma medida, a ausência de empatia é colocada como uma característica central da psicopatia, a qual está *grosso modo* associada à ausência de culpa e à insensibilidade pelo sofrimento alheio. Batson et al. (1995) coloca a empatia como uma capacidade que influencia tomadas de decisões ao agregar parcialidade aos juízos, inclinando o favorecimento aos membros do próprio grupo em detrimento de terceiros. Contudo, o autor também ressalta que a empatia pode impedir a racionalização de violações sociais, sendo importante na desvinculação entre moralidade e legalidade.

Uma implicação mais positiva de reconhecer a independência destas duas motivações pró-sociais é que se pode pensar em usá-las em conjunto [...] A justiça é uma motivação poderosa,

mas é vulnerável à racionalização; é facilmente cooptada. O altruísmo induzido pela empatia também é um motivador poderoso, mas limitado em seu escopo; ele produz parcialidade (BATSON ET AL., 1995, p. 1053).

Com relação às pesquisas aplicadas, nos últimos cinco anos, foram realizadas inúmeras publicações sobre emoções em humanos e outros animais usando o termo *empatia*. Contudo, um olhar atento ao seu conteúdo coloca em dúvida se o mesmo fenômeno foi estudado. As publicações em questão versam desde o contágio de bocejos em cães e a sinalização de estresse em galináceos até tomadas de decisões médicas centradas no bem-estar do paciente. O ponto é que a amplitude do conceito de empatia fez com que ela perdesse sua capacidade de definição.

Ressalta-se que uma parte significativa das investigações filosóficas busca estabelecer distinções conceituais mediante experimentos de pensamento e deduções hipotéticas. No entanto, ainda que a filosofia possa contribuir para o esclarecimento conceitual, fazê-lo da forma tradicional mostrou-se ineficaz no cenário contemporâneo. Prinz (2006) argumenta que, na medida em que pressupostos filosóficos se encontram divididos, os conceitos empregados tornam-se polissêmicos e de livre interpretação. Nesse sentido, propõe-se abordar o problema central deste artigo a partir de uma questão mais básica: os diferentes usos do conceito de empatia representam os mesmos fenômenos de apego emocional? Essa é uma questão marcadamente empírica, pois refere-se ao que acontece no cérebro e no corpo quando determinado apego emocional ocorre. Portanto, é a partir das bases materialistas oferecidas pelas ciências cognitivas que será buscada uma definição mais precisa dos fenômenos que o atual uso do termo *empatia* oferece.

Mas as questões conceituais são espinhosas, porque muitos de nossos conceitos são categorizados, de contexto aberto ou polissêmicos, e as intuições filosóficas são, correlativamente, divididas. [...] Questões empíricas podem ser abordadas usando métodos filosóficos (intuições filosóficas podem ser tratadas como dados), mas estudos de laboratório também são úteis (PRINZ, 2006, p. 30).

O interesse crescente acerca do neurodesenvolvimento da moralidade e dos comportamentos pró-sociais torna urgente uma clarificação conceitual dos fenômenos envolvidos no apego emocional. Entende-se que há uma relação entre moralidade e empatia, mas o argumento a ser defendido é que ela não é direta e, portanto, ambas as concepções não devem ser

usadas de modo intercambiável. Considera-se como problemático o estabelecimento dessa relação, pois simplifica os aspectos evolutivos e cognitivos de sistemas cerebrais envolvidos nesses processos, levando a formulação de conceitos rasos e tendenciosos.

A compreensão das diferentes formas de apego emocional poderá clarificar em que medida elas pertencem ou não a esfera da moralidade. O ponto central é que, enquanto o apego emocional possui raízes evolutivas associadas à sociabilidade de forma ampla, os comportamentos morais ordinários são circunscritos em um fenômeno mais restrito; afinal, é pouco plausível que qualquer forma de vinculação social deva receber a alcunha *moral*. Buscar-se-á neste artigo esclarecer essa complexa relação recorrendo a revisões conceituais de estudos empíricos nas áreas das ciências cognitivas. Ao final do artigo, será defendido o abandono do uso do termo *empatia* e em prol de conceitos mais precisos, os quais estarão baseados na análise dos sistemas cerebrais corporificados envolvidos em diferentes comportamentos socioemocionais.

A composição psicobiológica da *empatia*

O termo *empatia* tem sido utilizado com referência a uma enorme gama de fenômenos distintos. Dada a longa história evolutiva das capacidades de apego emocional, Batson (2009) ressalta que sua conceptualização tem uma história relativamente curta. Não obstante, ela tem sido utilizada de múltiplas formas por diferentes autores. Coplan (2011) atenta que a polissemia conceitual torna difícil a identificação de qual processo cerebral ou fenômeno social que o termo está sendo empregado. Considerando que diferentes formas de apego emocional estão baseadas em sistemas psicobiológicos distintos, diferenciar estas aproximações torna-se vital para compreender o que é a empatia e qual sua relação com a moralidade.

Decety e Jackson (2004) consideram a empatia como uma construção multidimensional que abrange processos cerebrais dissociáveis, os quais interagem e operam de maneira paralela nas esferas emocional e motivacional. Decety (2011) aponta que o desenvolvimento evolutivo de funções que permitem a mamíferos detectarem e responderem a eventos socialmente significantes os torna mais aptos a manter seus vínculos sociais. Embora seja preciso cautela ao colocar comportamentos de outras espécies como evidência da empatia, Decety e Svetlova (2012) estabelecem que os sistemas psicobiológicos que subjazem os estados emocionais básicos são homólogos em todos os mamíferos. De fato, a neuroanatomia comparada da classe *mammalia* fornece subsídios empíricos

de que os comportamentos motivados por emoções são evolutivamente mais antigos que capacidades cognitivas complexas.

De modo geral, o que os estudos com animais não humanos, incluindo roedores, indicam claramente é que uma vinculação entre a conectividade afetiva e o comportamento pró-social não precisa acessar um nível meta-representacional ou uma consciência senciente. Animais não-humanos claramente possuem pelo menos um dos componentes essenciais da empatia: a habilidade de ser afetado e compartilhar do estado emocional de outro (DECETY; SVETLONA, 2012, p. 5).

A distinção entre essas três formas de apego emocional associadas a empatia não consiste em uma discussão exclusivamente teórica, mas de bases marcadamente experimentais. Möble et al. (2014) examinou a relação entre o consumo de mídias violentas e o comportamento agressivo em uma amostragem heterônoma de crianças. Os resultados mostraram que apenas em meninos a *empatia* mediava a relação entre esses fatores. O problema é que o conceito empregado agrupou itens que avaliaram sensações de preocupação por terceiros (preocupação empática), mas também aspectos categorizados como reflexo de sofrimento pessoal (ressonância emocional). Debates exclusivamente teóricos podem produzir conceitos polissêmicos e gerar confusões de ordem prática no desenho experimental de pesquisas. Defende-se que uma forma mais precisa de separar esses fenômenos é recorrer às diferenças psicobiológicas inerentes a eles.

Dentro do escopo neuroevolutivo, o componente psicobiológico do apego emocional reflete a capacidade de sensibilidade à emoção alheia, em particular com relação a sua valência e intensidade. A hipótese é que sua força motivacional corresponda à inclinação para o cuidado do outro e a harmonia social do grupo. Em suma, a visão neurobiológica da empatia a relaciona tanto com os elementos mais básicos da vida social quanto com a construção de perspectiva. Para investigar esse ponto mais profundamente, avançar-se-á sobre os principais tipos de apego emocional.

Ressonância emocional

A forma mais básica de empatia pode ser definida como uma ressonância emocional e consiste em um fenômeno de contágio e excitação sensíveis. Ela desempenha um papel fundamental na motivação de comportamentos, como o cuidado e a prestação de auxílio aos membros do

grupo. Por exemplo, Jeon et al. (2010) coloca que roedores não reagem indiscriminadamente na presença de perigo a coespecíficos. Ressalta-se que as fêmeas de camundongo apresentam respostas de medo (sinalizada por comportamento paralisante) mais elevadas quando expostas à dor de indivíduos geneticamente próximos. Enquanto uma forma simples e rudimentar de empatia, Edgar et al. (2011) observa a ressonância emocional em inúmeras espécies de aves e mamíferos. A pesquisa demonstra a aptidão de diferentes espécies em reagir emocionalmente frente a sinais de aflição de indivíduos próximos de forma genética ou contígua.

A presença de alterações comportamentais e fisiológicas específicas nas fêmeas, observando seus filhotes serem expostos a um estímulo levemente aversivo, indica uma capacidade de resposta que é distinguível das experiências das mesmas fêmeas com o mesmo estímulo. Portanto, pode-se concluir que as aves adultas possuem pelo menos um dos atributos basilares da "empatia": a capacidade de ser afetada e compartilhar do estado emocional de outro (EDGAR ET AL., 2011, p. 3133).

Langford et al. (2010) verificam em camundongos fêmeas que a aproximação de um membro da díade com dores físicas leva a uma menor expressão física de dor por parte do indivíduo. No entanto, o efeito inibidor da abordagem social só foi observado quando o camundongo era um companheiro de gaiola. Esses resultados sugerem a existência de uma repressão da expressão de dor em camundongos na presença dos irmãos, com o efeito inibidor estando ausente em interações com estranhos. Contudo, Bartal et al. (2014) apontam que a relação genética em si não é suficiente para motivar comportamentos cooperativos. Em uma pesquisa na qual foram colocados camundongos em uma cepa geneticamente diferente desde o nascimento, os pesquisadores descobriram que, quando adultos, esses indivíduos estavam mais inclinados a colaborar com os companheiros da cepa adotiva do que com sua base genética. Sendo assim, ainda que a proximidade biológica possa influenciar, a familiaridade de grupo é uma condição importante na expressão de comportamentos pró-sociais.

Barsade (2002) argumenta que a ressonância emocional envolve a experiência de similaridade das emoções, a qual está associada a uma variedade de benefícios interpessoais que abarcam desde a redução de conflitos até uma cooperação mais eficiente entre os membros do grupo. Nichols et al. (2009) esclarecem que crianças pequenas com maior atividade nos sistemas psicobiológicos de sociabilidade são mais sensíveis

à dor, à tristeza ou à angústia alheia. Verificou-se também que elas possuem maior capacidade de regulação emocional, de modo que a valência negativa de suas próprias emoções motiva essas crianças a aliviar o sofrimento de coespecíficos. Buchanan (2012) reforça esse dado ao apresentar que mesmo respostas fisiológicas básicas ao estresse são suficientes para estabelecer uma ressonância emocional entre diferentes indivíduos. Essas evidências empíricas com mamíferos e aves apontam que variáveis biológicas e sociais afetam a capacidade de ressonância emocional de inúmeras espécies.

Assim, independentemente da idade e do quanto as crianças aflitivas encontravam o companheiro que chorava, aquelas que exibiram maior empatia com relação a um parceiro, também tenderam a fazê-lo em relação ao outro. Isso sugere que, mesmo quando a empatia surge pela primeira vez, algumas crianças são mais propensas a exibir preocupação orientada ao outro, e expressarem esta disposição similar entre contextos e parceiros (NICHOLS ET AL., 2009, p. 9).

Seeley et. al (2007) acrescenta que observar outro indivíduo com dor e sofrimento induz uma excitação visceral no observador, provocando uma resposta neural em uma rede de saliência relacionada ao processamento interoceptivo-autônômico que desencadeia comportamentos defensivos e de proteção. Utilizando eletroencefalografia, Cheng et al. (2012) colocam crianças e adultos para visualizar estímulos que retratam aspectos específicos da dor física³. Conclui-se que, quando crianças são expostas a expressões faciais de tristeza, estresse emocional ou mesmo quando imaginam emoções de valência negativa, as regiões cerebrais envolvidas na sensação primária da dor (também conhecidas como matriz de dor ou rede de saliência) são ativadas⁴. Em linhas gerais, a capacidade de ressoar a emoção alheia facilita o cuidado entre os membros do grupo, com elementos genéticos e sociais sendo fundamentais para que esse fenômeno ocorra.

Preocupação empática

Outro fenômeno associado à empatia é denominado como preocupação empática. Shamay-Tsoory (2009) relata que diversas espécies sociais apresentam sinais de afetação pelos estados emocionais alheios, colocando essa capacidade como essencial à manutenção de relações sociais e sobrevivência. Aponta-se que os sistemas cerebrais autonômicos

e neuroendócrinos básicos subjazem os comportamentos associados ao apego, os quais estão vinculados a atividades no tronco cerebral, na área pré-óptica do tálamo, nos gânglios da base, nas áreas paralímbicas e no sistema nervoso autônomo.

Preston (2013) observa que o cuidado com o outro emprega uma grande variedade de sistemas neurais, estendendo-se além do córtex e incluindo a amígdala, o tronco cerebral, o hipotálamo, a ínsula e o córtex orbitofrontal. Ressalta-se que o comportamento cooperativo também envolve o sistema nervoso autônomo, o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal e os sistemas endócrino e hormonal (particularmente, a ocitocina e a vasopressina), que regulam os estados corporificados associados à emoção e à sensibilidade social.

Sabe-se também que o altruísmo humano é suprimido pela presença de terceiros competentes e promovido por estados motivacionais, tais como a sensação de pesar pela situação alheia (isto é, a simpatia) ou o ressoar com as emoções de outro (isto é, a empatia), ambas as quais se presume que tenham evoluído a partir do vínculo mãe-filhote (PRESTON, 2013, p. 1305).

Preston e Hofelich (2012) concluem que comportamentos relacionados ao cuidado altricial de filhotes são fundamentais na separação entre mamíferos e répteis, que praticamente não desenvolvem nenhum cuidado com a prole após a incubação. Em contraste, Vasconcelos et al. (2012) descobriram que as formigas exibem um comportamento de resgate altamente reativo, pois auxiliam seus companheiros presos debaixo da areia ou de detritos. É plausível considerar que o ato de resgate das formigas seja tão adaptativo quanto a recuperação de filhotes em mamíferos. Ambos os comportamentos estão relacionados à percepção de estresse em coespecíficos, que engatilha ações de auxílio. A sensação aflitiva apresenta alteração hormonal devido ao estresse e isso inclina insetos e mamíferos na prestação de auxílio. A diferença é que enquanto insetos apenas ressoam a aflição dos companheiros, os sistemas psicobiológicos de mamíferos sugerem um processo de apego mais complexo e flexível dentro de suas estruturas sociais.

Sejam motivadas por ressonância emocional ou preocupação empática, ambas as ações têm a mesma função básica nessas espécies, sendo adaptativas por seleção de parentesco e compartilhando aspectos rudimentares de sistemas proximais. O ponto é que o cérebro das classes *insecta* e *mammalia* é diferente, sendo que a cooperação de formigas não passa necessariamente pelos mesmos processos cerebrais envolvidos no

comportamento de mamíferos. Classificar ambos os comportamentos como empatia e equacioná-la à moralidade resulta em uma classificação ampla, em que qualquer prestação de auxílio é vista como uma ação moral. Os elementos funcionais mais básicos são homólogos entre as duas unidades taxonômicas, mas os componentes psicobiológicos presentes em mamíferos possibilitam formas específicas e complexas de cooperação e apego emocional. De fato, as características sociais dessas espécies se desenvolveram evolutivamente de forma efetiva na implementação de comportamentos essenciais a sua sobrevivência. Todavia, ainda que o resultado seja o mesmo, o que motiva o comportamento é diferente e seria impreciso conceituá-los da mesma forma.

Eisenberger (2011) afirma que os processos cerebrais associados ao apego emocional se valem dos sistemas psicobiológicos associados à dor e ao prazer, utilizando sinais aversivos para indicar quando as relações sociais estão ameaçadas. Decety et al. (2012) reforçam que todos os mamíferos dependem de outros coespecíficos para reproduzir e sobreviver, com o cuidado parental sendo essencial na preservação e no desenvolvimento dos filhotes. No caso das espécies sociais, a preocupação empática é estendida para todos os membros do grupo, constituindo unidades familiares estruturadas por vínculos emocionais de parentesco⁵. O ponto é que, embora o nível de cuidado varie entre as espécies, o circuito neural necessário para responder aos sinais de vulnerabilidade e necessidade dos filhotes é universalmente presente nelas e está altamente conservado entre os animais dessa ordem taxonômica.

É importante ressaltar que essa inclinação ao cuidado está profundamente enraizada na biologia de mamíferos sociais, mas disso não decorre que ela seja inflexível. Batson (2012) enfatiza que esses animais podem sentir preocupação empática por uma ampla gama de indivíduos quando sinais de vulnerabilidade são altamente salientes. Embora esteja mais presente em indivíduos com relações genéticas, essa vinculação pode ocorrer entre diferentes espécies que tenham convívio social contíguo. Por exemplo, os cães possuem uma capacidade única entre os animais de compreender as emoções humanas. A sua domesticação os permitiu apreender de modo eficiente os estados emocionais das pessoas e preocupar-se com o bem-estar de seus tutores de forma legítima. Franklin et. al (2013) salientam que os sistemas psicobiológicos envolvidos na percepção do sofrimento são ativados em cães e humanos de convívio contíguo sempre que um apreende a dor do outro.

Estas regiões são consistentemente encontradas em estudos de empatia pela dor e acredita-se refletir uma rede nuclear

envolvida com a percepção do sofrimento de outros, seja se este conhecimento é baseado em realmente perceber alguém com dor ou se é dito a pessoa que alguém está sofrendo. Além disso, a ativação compartilhada destas regiões suporta a hipótese de que a experiência vicária da dor envolve alguns dos mesmos processos neurais que a experiência direta da dor (FRANKINL ET AL., 2013, p. 218).

De modo geral, os resultados apresentados por esses experimentos têm reforçado a hipótese que relaciona a preocupação empática com o altruísmo biológico⁶, ao menos na medida em que nenhum deles corroborou a hipótese egoísta. Dito de outra forma, os dados apresentados reforçam a implausibilidade de uma relação entre egoísmo e preocupação empática, ao menos com base na análise dos resultados apresentados. Portanto, conclui-se que a capacidade de a preocupação empática produzir motivação pró-social dentro de pequenos grupos é altamente poderosa.

Tomada de perspectiva

O terceiro componente da empatia é a tomada de perspectiva e se refere à capacidade de colocar-se intencionalmente no lugar do outro e imaginar seu estado emocional. Underwood e Moore (1982) associam a tomada de perspectiva com a competência moral e a deliberação social. Por exemplo, toma-se o caso dos defensores dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial na Europa. O argumento é que a tomada de perspectiva tende a reduzir o viés de grupo presente na preocupação empática com relação a tomadas de decisões públicas. Galinsky e Moskowitz (2000) alegam que adotar a perspectiva de um membro de fora do próprio grupo leva a uma diminuição no uso de estereótipos, assim como avaliações mais positivas de diferentes formas de organização social. Van Lange (2008) documenta que a tomada de perspectiva é uma forma relevante de expandir a preocupação empática e reduzir os preconceitos entre diferentes grupos.

Os resultados encontrados apoiam a visão geral de que a associação entre empatia e motivação altruísta é única e forte. Ela é única porque o vínculo entre empatia e outras motivações relevantes ao resultado (como a abnegação e o igualitarismo) não foram corroboradas. Ela é forte porque a empatia pode ser fortemente ativada, mesmo na ausência de instruções para fazê-la, e mesmo em situações que não exigem ajuda (VAN LANGE, 2008, p. 773).

Oliner e Oliner (1988) sugerem que o envolvimento em atividades de resgate frequentemente se inicia com a preocupação empática, mas podem se estender para além das relações mais próximas dos indivíduos. Nesses casos, documenta-se efeitos duradouros a partir de intervenções sociais. Malhotra e Liyanage (2005) ressaltam que participantes *Cingaleses* do Sri Lanka manifestaram maior preocupação empática com os *Tâmeis*, com os quais estavam em conflito violento, mesmo um ano após participarem de uma oficina intergrupo de quatro dias. Isso representa uma extensão de capacidades mais elementares de apego emocional em direção a uma tomada de perspectiva mais duradoura e para além do próprio grupo.

Adotar a perspectiva de um grupo social alheio é cognitivamente exigente. Esse processo requer tanto uma grande complexidade na alocação de atenção, quanto uma memória de trabalho bem desenvolvida para engatilhar a função executiva. Lamm et al. (2007) demonstram que, ao realizar a tomada de perspectiva, são ativados os sistemas psicobiológicos associados a experiências em primeira pessoa. A pesquisa descobriu que a adoção de perspectiva ativa mais intensamente as regiões do córtex pré-frontal associadas com a memória de trabalho e o controle executivo. Projetar-se intencionalmente em uma situação aversiva levou a uma aflição pessoal mais alta, a qual foi associada a uma maior ativação da amígdala e do córtex cingulado anterior. Por outro lado, o foco nas reações emocionais foi acompanhado de preocupação empática, ainda que com menor aflição pessoal. Evidenciou-se, nesse caso, maior atividade na rede de atenção executiva e no córtex pré-frontal ventromedial, mas com resposta reduzida da amígdala.

A análise do experimento comportamental realizado após o escaneamento confirmou nossas previsões sobre os efeitos da tomada de perspectiva na preocupação empática e no sofrimento pessoal. A preocupação empática foi consideravelmente mais forte quando os participantes se concentraram nas sensações do outro, enquanto a adotar a autoperspectiva levou a um maior sofrimento pessoal (LAMM ET AL., 2007, p. 48).

Castano (2012) sustenta que assumir a tomada de perspectiva gera mudanças na maneira como o mundo é percebido, as quais são generalizadas para com os membros do grupo social ao qual determinada característica pertence. O ponto é que essas formas de envolvimento levam subsequentemente a atividades adicionais de apego emocional e a um interesse mais amplo por questões de igualdade social, a qual se estende para além dos limites da preocupação empática inicial. Ainda assim, essas

pesquisas reforçam a hipótese de que sem a capacidade de preocupação empática não seria possível desenvolver a tomada de perspectiva.

O lado sombrio da empatia

Na medida em que a ressonância emocional e a preocupação empática evoluíram no contexto de cuidado parental e da vida em grupo, essas duas faces da empatia apresentam características que podem conflitar com uma vida social mais ampla. Está estabelecido pela literatura empírica que os indivíduos possuem preferências avaliativas para com os que lhes são próximos de modo contíguo ou genético. Após estimular a convivência em grupo em humanos, Montalan et al. (2012) relatam uma variação na percepção de dor a partir da intensidade de estímulos retratando lesões corporais a partir de três perspectivas: *de si mesmo*; *de dentro do grupo*; *de fora do grupo*. A classificação dos estímulos como mais dolorosos ocorreu na perspectiva *de dentro do grupo* mesmo se contraposta a *de si mesmo*. Não se verificou qualquer modificação na perspectiva de *si mesmo* quando comparada a visão *de fora do grupo*. Além disso, observou-se que as diferenças na classificação entre os quadros doloroso e não doloroso são maiores na perspectiva *de dentro do grupo* quando comparada à *de fora do grupo*.

Côté et al. (2013) ressaltam que os níveis relativos de bem-estar econômico moldam juízos normativos. Identificou-se que indivíduos de classe alta estão mais propensos a realizar juízos utilitaristas frente a dilemas morais nos quais as escolhas estavam em desacordo com intuições morais viscerais. Os autores pontuam que o maior senso de pertencimento ao próprio grupo levou a insensibilidade apresentada ao sofrimento alheio, ironicamente inclinando-os a tomar decisões morais com maior probabilidade de maximizar condições favoráveis para um maior número de pessoas. Todavia, a pesquisa não discute em que medida essas decisões feriam princípios como a vida e dignidade humanas.

Morton e Postmes (2011) verificam o viés de grupo em participantes caucasianos britânicos lendo um sumário das atrocidades cometidas pelo seu país contra escravos africanos. A pesquisa questionou sua culpa por essas ações com base na categorização do relacionamento entre as nações britânicas e africanas. Opondo-se a visão do senso comum, o remorso e a menor expectativa de perdão estão presentes principalmente nos indivíduos que percebem ambas as populações como diferentes. A explicação é que, em casos dessa natureza, a tomada de perspectiva sobressaiu-se à preocupação empática e à ressonância emocional.

A humanidade compartilhada não apenas impõe um dever moral, mas também pode ser uma defesa moral. Caso as ações prejudiciais de dentro do grupo sejam construídas em termos de humanidade, então o próprio grupo não é mais o culpado. Transformar verdadeiramente uma relação negativa entre grupos parece exigir mais do que cada lado deixando de lado suas diferenças como "apenas humanas" (MORTON; POSTMES, 2011, p. 133).

Embora existam controvérsias com relação à capacidade de a preocupação empática e a tomada de perspectiva alterarem percepções de justiça, evidências empíricas sugerem que ao menos elas influenciam na tomada de decisão coletiva. Ao pedir que estudantes universitários atribuíssem tarefas brandas e árduas a dois indivíduos em condições iguais, Batson et al. (1995) verificou que a escolha aleatória por *cara ou coroa* foi considerada pelos participantes como a mais justa. Contudo, quando solicitados a considerar as emoções de um trabalhador em dificuldades, prontamente o sistema aleatório foi abandonado e ofereceram-lhe a tarefa branda. Ressalta-se que a apreensão de um estado emocional negativo influenciou a decisão, mas não foram encontradas evidências de que emoções de valência positiva exerceriam o mesmo efeito.

Pesquisas em neurobiologia documentam que os sistemas psicobiológicos implicados na preocupação empática são fortalecidos ou enfraquecidos por variáveis interpessoais, atitudes implícitas ou preferências de grupo. Decety et al. (2010) relatam maior sensibilidade para com indivíduos que contraíram AIDS por transfusão de sangue se comparados ao uso de drogas mediante compartilhamento de agulhas. Ainda que a intensidade do sofrimento nas expressões faciais tenha sido a mesma em todos os vídeos apresentados, os resultados apresentam maior classificação de sensibilidade à dor e atividade hemodinâmica no córtex cingulado anterior, na ínsula e na área cinzenta periaquedutal nos casos de transfusão de sangue.

Além disso, os participantes expressaram maior empatia e aflição pessoal em resposta a dor de pessoas que não eram responsáveis por sua condição estigmatizada em comparação com o grupo controle. É importante ressaltar que as diferenças entre as reações ao grupo controle saudável e o grupo focal responsável por sua condição dependiam de diferenças individuais na atribuição de culpa. Quanto mais os participantes culpavam o grupo focal com AIDS por uso de drogas por sua condição, menor dor e empatia foram

relatadas ao ver sua aflição (comparado ao grupo controle) (DECETY ET AL., 2009, p. 994).

Xu et al. (2009) apresentam evidências de uma modulação nas respostas psicobiológicas empáticas por membros de grupos raciais. A ativação do córtex cingulado anterior à percepção de terceiros com dor diminui consideravelmente quando se observa rostos de grupos raciais diferentes da etnia do observador. Esse efeito foi comparável em indivíduos caucasianos e chineses, sugerindo que as modulações das respostas psicobiológicas de pertença a grupos raciais são similares em diferentes etnias. Por sua vez, Cheng et al. (2010) apontam que a atividade cerebral associada a dor é significativamente mais estimulada quando se percebe ou imagina o sofrimento de entes queridos em comparação com estranhos. Cikara et al. (2011) exemplificam que as falhas de um membro do grupo são dolorosas, enquanto as de alguém em uma comunidade rival despertam prazer, podendo inclusive incitar comportamentos prejudiciais intencionais a terceiros. Nesse sentido, ao menos a ressonância emocional e a preocupação empática se mostram influenciáveis por condições preestabelecidas com relação a coespecíficos.

As pesquisas apresentadas demonstram que relações vicárias estimulam respostas psicobiológicas associadas ao apego emocional pela dor. A presença de preocupação empática e tomada de perspectiva foi demarcada mediante uma base materialista a partir dos substratos neurais vinculados à matriz da dor. Em consonância com as pesquisas supracitadas, a *perspectiva de si* apresentou ativação extensiva do córtex cingulado anterior e da ínsula, enquanto atividades no giro frontal superior e na junção temporoparietal direita foram associadas a *perspectiva do outro*. Portanto, demonstra-se que componentes distintos atribuídos ao apego emocional são modulados por contextos situacionais que envolvem a participação em grupos e exercem efeito em tomadas de decisões sociais mais amplas.

Empatia e comportamento moral

Em linhas gerais, a tese de Hume (2000) coloca a empatia como pré-condição à aprovação ou desaprovação moral. Devido à natureza dessa relação, a empatia adquire uma posição de honra no pensamento do filósofo escocês. Como sentimentalista, o autor defende que a crença de que algo é moralmente certo ou errado consiste em atos de aprovação ou desaprovação motivados pelas características afetivas da espécie. A tese humeana tem uma implicação notável, pois se as distinções morais dependem da empatia, então ela consiste na pedra de toque do comportamento normativo. Os oponentes do sentimentalismo e os

defensores de versões mitigadas levantam objeções a essa tese, mas concordam que a aprovação e a desaprovação moral consistem num fenômeno real e importante⁷. Portanto, a tese humeana tem implicações para todos os interessados em psicologia moral.

Isso nos ensina a força daquele princípio [empatia]. E sempre que ele pode se aplicar, e que a qualidade aprovada é realmente benéfica para a sociedade, um verdadeiro filósofo nunca exigirá outro princípio para explicar a mais intensa aprovação e apreço (HUME, 2000, p. 617-18).

As formas pelas quais a empatia influencia a moralidade são foco de controvérsia atualmente. Miller et al. (2014) colocam que processos empáticos influenciam os juízos morais. Ao mesmo tempo, argumentam que é preciso considerar os casos nos quais existe aversão por ações violentas sem que necessariamente ocorra empatia pelas vítimas desses atos. Um bom modo de abordar essa questão é recorrer a um clássico experimento mental filosófico. Foot (1967) atenta que um paradigma frequentemente usado em estudos psicológicos e neurocientíficos acerca dos juízos morais é o *Dilema de Trolley*⁸. A pergunta relevante aqui é se indivíduos fazem juízos utilitaristas em determinados contextos por serem mais racionais e calculistas ou simplesmente porque são mais insensíveis e biologicamente menos inclinados ao apego emocional.

Koenings et al. (2007) observam que lesões no córtex orbitofrontal (incluindo o córtex pré-frontal ventromedial) estão associadas ao aumento de decisões utilitaristas em dilemas morais, as quais são altamente conflitantes para os indivíduos nos grupos de controle. Os autores relatam que os integrantes do grupo focal constantemente optaram por empurrar uma pessoa para salvar as que estavam presas nos trilhos. Gleichgerrcht e Young (2013) defendem essa perspectiva, descrevendo que baixos níveis de apego emocional estão relacionados com juízos utilitaristas em determinados contextos. Dentro do complexo domínio da empatia, os autores colocam que juízos utilitaristas só foram precedidos pela preocupação empática, não havendo evidências com base em sistemas psicobiológicos de ressonância emocional ou tomada de perspectiva.

Primeiramente, o juízo moral foi unicamente associado a uma medida da empatia, mas não relacionado com qualquer das variáveis demográficas ou culturais testadas, incluindo idade, gênero, educação, assim como diferenças no "conhecimento moral" e religiosidade [...] Em particular, os participantes que deram respostas utilitaristas para os dilemas pessoais e

impessoais apresentaram uma preocupação empática significativamente reduzida com relação aos participantes que apresentaram respostas não utilitaristas para um ou ambos os dilemas (GLEICHGERRCHT; YOUNG, 2013, p. 6).

A pesquisa de Wiech et al. (2013) foca nas bases psicobiológicas da indiferença ao dano enquanto os participantes enfrentam dilemas morais. Os autores verificam que uma tendência a juízos utilitaristas impessoais contraintuitivos está associada com um *psicoticismo*, entendido como uma característica ligada à falta de preocupação empática e ao aumento de tendências antissociais. Foi encontrada também uma *necessidade de cognição*, característica que reflete a preferência pelo esforço de raciocínio em vez das resoluções viscerais dos dilemas. Ressalta-se que nenhuma dessas características está correlacionada com a ativação do córtex pré-frontal ventromedial durante a realização do experimento. Essas descobertas sugerem que os indivíduos não sentem a necessidade de um maior engajamento emocional com avaliações morais quando chegam a conclusões utilitaristas contraintuitivas. Mesmo assim, a ausência de dados mais robustos torna inclusivo até este momento se tal comportamento está associado à falta de preocupação empática ou se consiste em uma aversão reduzida ao dano alheio.

Uma fundamentação empírica adicional na relação entre emoções e moralidade pode ser encontrada em pesquisas com psicopatas. Motzkin (2011) acrescenta que indivíduos com psicopatia são caracterizados pela falta de preocupação empática, apresentando, de modo consistente, uma conectividade anatômica anormal em respostas funcionais no córtex pré-frontal ventromedial. Ao apresentar imagens de dor física e solicitar para psicopatas *imaginare* qual era a sensação do indivíduo naquele cenário, Decety et al. (2013) identificaram a presença de um padrão atípico na ativação cerebral e conectividade eficaz entre a ínsula anterior e a amígdala com o córtex pré-frontal ventromedial. A resposta na amígdala e na ínsula foram inversamente correlacionadas com suas pontuações em testes sobre déficits interpessoais e emocionais. O ponto é que a ausência de preocupação empática tornou impossível que psicopatas realizassem uma tomada de perspectiva legítima.

No geral, os resultados deste estudo indicam que a principal diferença no padrão de resposta cerebral entre os participantes com psicopatia comparados ao grupo controle durante a percepção de outros com dor é a falta de envolvimento nas regiões do tronco cerebral, córtex orbitofrontal e córtex pré-frontal ventromedial. Pesquisas em

animais mostraram claramente que a habilidade de compartilhar e ser afetado pelo estado emocional de outro é organizada por sistemas básicos que sustentam processos relacionados ao apego envolvendo o tronco cerebral, o tálamo e as áreas paralímbicas (DECETY ET AL., 2013, p. 644).

Há evidências empíricas de que psicopatas conseguem fazer alguma forma de distinção educada entre *erros morais* e outras formas de comportamentos desviantes. Aharoni et al. (2012) pesquisam populações forenses visando indicar até que ponto infratores com graus variados de psicopatia conseguem distinguir entre transgressões morais e sociais. Os autores salientam que a psicopatia não impede a capacidade de seguir leis sociais amplas e apontam esse critério como balizador da apreensão de distinções morais nesses indivíduos. Todavia, a ausência de emoções fez os psicopatas apresentarem desempenho reduzido na percepção de leis injustas (por exemplo, a escravidão ou a exclusão de minorias).

Experimentos com foco em lesões cerebrais e psicopatia documentam o papel crítico do córtex pré-frontal ventromedial na preocupação empática, bem como sua importância no processamento de emoções aversivas que emergem da apreensão de comportamentos socialmente nocivos. Conforme demonstrado por registros de eletroencefalograma e eventos de potencial relacionado, Yoder e Decety (2014) concordam que essas informações são processadas de modo não consciente através da ativação dos sistemas psicobiológicos supracitados quando juízos morais interpessoais são realizados. Esses estudos reforçam o argumento humeano de que alguma forma de apego emocional se faz necessária à moralidade.

A extensão social da empatia

Um argumento comum na discussão supracitada é a necessidade de expandir o apego emocional para além do grupo. De fato, é extremamente difícil preocupar-se com estranhos da mesma forma que se faz com os que estão próximos. Com relação às decisões de ordem pública e social, isso recorrentemente coloca em voga a questão sobre as possibilidades de expansão da preocupação empática. A resposta converge normalmente à educação, com a literatura sendo posta como fator essencial na transformação da preocupação empática em tomada de perspectiva. Por exemplo, nos romances epistolares, a história se desenrola a partir da visão do personagem, expondo seus pensamentos e emoções em vez de descrevê-los sob a perspectiva de um narrador neutro.

A noção de que a literatura expande a preocupação empática é popular. A ideia é que a estimulação pela leitura a transforma em uma tomada de perspectiva e possibilita a compreensão dos estados emocionais de indivíduos distantes. Nussbaum (1997) acredita que a indução empática pela literatura possa influenciar no desenvolvimento moral e inclusive estimular comportamentos altruístas. De fato, Decety e Grézes (2006) reportam evidências de que as artes fornecem uma extensa contribuição cultural que desencadeia processos de simulação emocional internos. Goldstein e Winner (2012) esclarecem que a intervenção artística pode estimular a preocupação empática e inclinar os indivíduos ao cuidado social. Kidd e Castano (2013) defendem que a ficção literária estimula temporariamente a capacidade de identificar e compreender os estados emocionais de terceiros.

Os defensores da indução empática pelas artes a colocam como central à moralidade. Contudo, Booth (1983) critica o *valor* da literatura enquanto paradigma do comportamento moral ao ressaltar que as respostas antipáticas e indiferentes a personagens e grupos também pertencem a essa esfera. Ao problematizar o paradoxo empático da narrativa, a própria Nussbaum (1997, p. 101) afirma que se "cultiva a simpatia de forma desigual, direcionando nossa atenção para alguns tipos de seres humanos a não para outros". Portanto, ela reconhece os riscos potenciais da literatura ao apontar que histórias também podem desempenhar um papel importante na opressão de grupos específicos.

Nossa sociedade está cheia de recusas de imaginarmos uns aos outros com empatia e compaixão, recusas das quais nenhum de nós está livre. Muitas das histórias que contamos uns aos outros encorajam a recusa da compaixão, então nem mesmo a imaginação literária em si está livre da culpa [...] a política prática [...] frequentemente parece imune tanto ao argumento quanto à compaixão, recusando a reivindicação da história de outra pessoa (NUSSBAUM, 1995, p. 10).

Ainda que inconclusivas, há evidências em psicologia moral que questionam a eficácia da literatura em engendrar a tomada de perspectiva nos indivíduos. Em uma pesquisa sobre a influência da experiência narrativa ficcional na preocupação empática, Bal e Veltkamp (2013) indicam que as capacidades de apego emocional dos leitores expandiram-se ao longo de uma semana. Contudo, o efeito foi mitigado em leitores ávidos ou indivíduos que já possuíam uma sensibilidade empática demarcada. Os autores concluem que a literatura teve pouco efeito na modificação de formas mais básicas de empatia e dificilmente transforma o fenômeno da preocupação

empática em tomada de perspectiva em indivíduos com essas características.

Uma limitação dos efeitos benéficos das experiências narrativas ficcionais na empatia perceptiva é que existam efeitos limítrofes sobre o aumento da empatia após uma experiência narrativa ficcional. Ou seja, embora tenhamos demonstrado que a empatia aumenta ao longo de uma semana quando a pessoa é transportada para uma narrativa, pode ser que os efeitos potenciais se tornem menores para leitores ávidos ou para pessoas altamente empáticas (BAL; VELTKAMP, 2013, p. 10).

Singer (1981) argumenta que é possível estender formas de empatia para além dos limites do próprio grupo social. O autor aponta que o leque de indivíduos cujos interesses são socialmente valorizados foi amplamente alargado ao longo da história. As sociedades humanas desenvolveram estruturas sociais e simbólicas para promover justiça e igualdade, como a promulgação dos *Direitos Humanos* e a instituição da *Corte Penal Internacional*. O argumento do filósofo australiano é que o cuidado humano não se limita ao sistema de parentesco, direcionando-se igualmente para gerações atuais e futuras. De fato, Levine et al. (2005) sustentam que a capacidade de ajudar e cuidar de indivíduos desconhecidos é vista como um comportamento que depende de grande complexidade cognitiva, modelagem social e transmissão cultural. Ainda assim, vincular esses avanços sociais com o apego emocional é conjectural e não há evidências empíricas robustas que atestem uma conexão necessária entre ambos. Da mesma forma, o atual estado da arte da discussão não consegue refutá-la em definitivo, tornando a relação entre formas de empatia e avanço social inconclusiva até o momento.

Neuberg et al. (1997) argumentam que o fenômeno moral surge a partir de adaptações evolutivas funcionais associadas ao cuidado parental. Decety (2011) sustenta que mesmo as formas mais complexas de empatia manifestadas em humanos se desenvolveram a partir de formas mais básicas e permanecem vinculadas ao apego emocional e ao cuidado parental, cujos sistemas psicobiológicos subjacentes são altamente conservados em mamíferos. Por sua vez, Echols e Correll (2012) demonstram que a preocupação empática é central na modulação de comportamentos mediados pelo grau de prazer e dor de coespecíficos. Isso explica por que a relação entre os diferentes fenômenos empáticos e as

políticas sociais não constituem uma via direta, pois essas qualidades naturais inclinam os indivíduos ao favorecimento grupal.

Não está claro por que precisaríamos manipular a preocupação empática por meio de instruções de tomada de perspectiva. Uma vez que a preocupação empática em si influencia o ajudar, então deve fazê-lo quer surja de instruções na tomada de perspectiva, da severidade ou necessidade, de percepções de parentesco ou amizade, ou de outros fatores (NEUBERG ET AL., 1997, p. 511).

É interessante notar que a preocupação empática e a tomada de decisão apresentam o envolvimento do córtex pré-frontal orbitofrontal e do córtex pré-frontal ventromedial. De fato, Parsons et al. (2013) indicam que essa região é crítica ao cuidado parental mediante associações emocionais baseadas no sistema de recompensa em mamíferos sociais. Em suma, é uma região reciprocamente conectada com sistemas emocionais mais antigos como o tronco cerebral, a amígdala e o hipotálamo, que vinculam os processos emocionais necessários para orientar o comportamento social em pequena escala. Sendo assim, ambos os fenômenos empáticos possuem uma base psicobiológica comum e não seria possível haver tomada de perspectiva sem a capacidade de preocupar-se empaticamente.

Conclusão

Pode ser vantajoso para as discussões sobre a moralidade abster-se do uso do conceito de *empatia*, pois ele tem sido aplicado a uma infinidade de fenômenos. Isso torna problemática tanto a sua compreensão nos debates acadêmicos e públicos como sua capacidade predicativa. A empatia se tornou uma noção sedutora, porém potencialmente danosa ao gerar más interpretações de contextos sociais. Por fim, defende-se como intelectualmente terapêutico abandonar um conceito quando a ele é atribuído tantos significados que perde sua capacidade de definir comportamentos e classificar fenômenos.

Os conceitos de ressonância emocional, preocupação empática e tomada de perspectiva são mais precisos e empiricamente identificáveis em seu escopo, possibilitando teorias gerativas sobre suas relações com a moralidade. Cada uma das facetas da empatia possuirá uma relação diferente com teorias morais específicas, possibilitando futuramente leituras mais precisas dos contextos sociais e das relações interpessoais. Portanto, caso a utilização dos três elementos distintos envolvidos nos

processos empáticos seja de fato mais esclarecedora, então estaria na hora de abandonar o conceito infrutífero da empatia.

Conclui-se ainda que, embora a preocupação empática não resolva os problemas humanos em larga escala e inclusive possa tornar os indivíduos tendenciosos ao tomarem decisões sociopolíticas, sem ela desaparece a própria capacidade de apreensão moral e tomada de perspectiva para além da esfera da legalidade. No que tange à demarcação do fenômeno moral, é plausível considerar como mais relevante a capacidade de indignar-se com leis que oprimem o próprio grupo do que não problematizar as regras e normas excludentes, seja por incapacidade biológica ou em nome de uma pretensa ordem e organização sociais. Afinal, ao longo da história, verificou-se haver maior *valor* na desobediência civil de grupos específicos ameaçados por regimes totalitários do que em cumprir ordens sem questioná-las.

Notas

¹ Professor pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e coordenador do grupo de pesquisa X-Lab: Philosophy, Ethology and Neurosciences. Possui doutorado em filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com intercâmbio na City University of New York e, desde 2011, é pesquisador membro do International Wolf Center. Possui projeto em filosofia experimental sobre sistemas psicobiológicos de sociabilidade no comportamento social de primatas e canídeos. Mediante uma perspectiva emotivista, busca estabelecer a relação entre natureza e normatividade com foco na relação entre emoções e normatividade. A pesquisa se desenvolve mediante a investigação de conceitos filosóficos, análises experimentais sobre processos mentais e pesquisas de campo em etologia de lobos. ORCID-iD: <https://orcid.org/0000-0002-5774-6554>; e-mail: mdm.silveira@gmail.com. A pesquisa deste artigo foi desenvolvida com apoio da FAPERGS, a partir do edital 04/2019 Auxílio Recém-Doutor ARD.

² Hume (2000) usa o termo *simpatia*, mas Wispé (1986) coloca que, a partir do século XX, ocorreu uma mistura e inversão nas definições de *simpatia* e *empatia*. Isso ocorreu quando Titchener (1909) introduziu a *empatia* na língua inglesa. Concebido como uma tradução da palavra alemã *einfühling*, que significa *sentir-se em*; ocorrendo a reconceituação do fenômeno que até então estava circunscrito dentro do termo *simpatia*.

³ Esse método foi utilizado para examinar a ressonância afetiva básica, documentar a obtenção de componentes específicos de componentes em eventos potencialmente relacionados, incluindo uma saliência cognitiva automática e potenciais tardios positivos, os quais estão associados com excitação e avaliação afetiva desses estímulos.

⁴ Essas regiões incluem o córtex cingulado anterior, a ínsula anterior, a área motora suplementar, a amígdala, o córtex somatossensorial e a área cinzenta periaquedutal no tronco cerebral.

⁵ É ponto pacífico na etologia de lobos que vínculos de parentesco estão na base de sua estrutura social. Mech (1999, p. 5) observa que “[...] nomear um Lobo como alfa é, geralmente, tão apropriado quanto se referir a um pai humano ou a uma cervo fêmea adulta como alfa”. Chamar o casal procriador de *alfa* seria o mesmo que chamá-los de *pai* e *mãe*. Note-se que isso não enfatiza diretamente sua posição na alcateia como dominantes, mas representa seu papel de líder enquanto progenitores. Liderar uma alcateia denota simplesmente sua posição enquanto procriadores, e não uma hierarquia dominada pela força, motivo pelo qual o termo *alfa* não é mais empregado em lobos desde o final do século XX. O

autor argumenta que esses animais agem de modo flexível em suas relações sociais, nas quais inclusive o casal procriador não se encontra acima das pressões sociais recíprocas pautadas por vínculos emocionais que regulam o comportamento do grupo.

⁶ O altruísmo biológico pode ser entendido como uma ação em benefício alheio, na qual o animal que a realiza gasta mais energia do que ganha.

⁷ O sentimentalismo mantém-se como uma posição filosoficamente relevante, embora as visões contemporâneas tenham se afastado da posição humeana inicial. Neossentimentalistas, como Darwall et al. (1992), sustentam que juízos morais endossam normas caso os sentimentos de aprovação e desaprovação sejam justificados. Todavia, o objetivo deste artigo não é adentrar nas minúcias das posições sentimentalistas de Hume e seus sucessores.

⁸ Em sua formulação mais elementar, o *Dilema de Trolley* apresenta um vagão fora de controle que está descendo um trilho no qual cinco pessoas estão presas e existe outro trilho no qual apenas um indivíduo está preso. É dada a opção de desviar o vagão para a pista alternativa puxando uma alavanca, matando um indivíduo e salvando os demais. Essa decisão é a realizada pela maioria dos indivíduos. No entanto, na outra opção apresentada, é necessário empurrar uma pessoa grande na frente do vagão, novamente sacrificando uma vida para salvar cinco. Aqui observa-se desconforto com a decisão e muitos recusam-se a empurrar o indivíduo. Esse clássico experimento mental, comparado com os processos de tomada de decisão discutidos neste artigo, faz sobressair exatamente o interesse pela investigação daqueles que empurram a pessoa na frente do vagão.

Referências bibliográficas

AHARONI, E.; SINNOTT-ARMSTRONG, W.; KIEHL, K. A. Can psychopathic offenders discern moral wrongs? A new look at the moral/conventional distinction. *Journal of Abnormal Psychology*. n. 121, v. 2, p. 484-97. 2012.

BAL, P. M.; VELTKAMP, M. How does fiction read influence empathy? An experimental investigation on the role of emotional transportation. *PLoS One*. n. 8, v. 1, a. 55341, p. 1-12. 2013.

BARSADE, S. G. The ripple effect: emotional contagion and its influence on group behavior. *Administrative Science Quarterly*. n. 47, p. 644-675. 2002.

BARTAL, I. B.; RODGERS, D. A.; SARRIA, M. S. B.; DECETY, J.; MASON, P. Pro-social behavior in rats is modulated by social experience. *Elife*. n. 3, p. 1385. 2014.

BATSON, C. D. These things called empathy: eight related but distinct phenomena. In: Decety, J.; Ickes, W. (eds.). *The Social Neuroscience of Empathy*. Cambridge, MA: MIT press. 2009. p. 3-15.

BATSON, C. D. The empathy-altruism hypothesis: Issues and implications. In: Decety, J. (ed.) *Empathy: from bench to bedside*. Cambridge, MA: MIT Press. 2012. p. 41-54.

BATSON, C. D.; KLEIN, T. R.; HIGHBERGER, L.; SHAW, L. L. Immorality from empathy-induced altruism: when compassion and justice conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*. n. 68, v. 6, p. 1042-1054. 1995.

BOOTH, W. *The Rhetoric of Fiction*. Chicago: University of Chicago Press. 1983

BUCHANAN, T. W.; BAGLEY, S. L., STANSFIELD, R. B.; PRESTON, S. D. The empathic, physiological resonance of stress. *Social Neuroscience*. n. 7, v. 2, p. 191-201. 2012.

CASTANO, E. Antisocial behavior in individuals and groups: an empathy-focused approach. In: Deaux, K.; Snyder, M. (eds.) *The Oxford handbook of personality and social psychology*. New York, NY: Oxford University Press. 2012. p. 419-445.

CHENG, Y.; HUNG, A. Y.; DECETY, J. Dissociation between affective sharing and emotion understanding in juvenile psychopaths. *Development and Psychopathology*. n. 24, v. 2, p. 623-636. 2012.

CIKARA, M.; BOTVINICK, M. M.; FISKE, S. T. Us versus them: social identity shapes neural responses to intergroup competition and harm. *Psychological Science*. n. 22, v. 3, p. 306-313. 2011.

COPLAN, A. Understanding empathy. In: Coplan, A.; Goldie, P. (eds.) *Empathy: philosophical and psychological perspectives*. New York, NY: Oxford University Press, p. 3-18. 2011.

CÔTÉ, S.; PIFF, P. K.; WILLER, R. For whom do the ends justify the means? Social class and utilitarian moral judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*. n. 104, v. 3, p. 490-503. 2013.

DARWALL, S. Empathy, sympathy, care. *Philosophical Studies*. n. 89, p. 261-282. 1998.

DARWALL, S.; GIBBARD, A.; RAILTON, P. Towards fin de siècle ethics: some trends. *Philosophical Reviews*. n. 101, p. 115-189.

DECETY, J. The neuroevolution of empathy. *Annals of the New York Academy of Sciences*. n. 1231, p. 35-45. 2011.

DECETY, J.; GRÈZES, J. The power of simulation: imagining one's own and other's behavior. *Brain Research*. n. 1079, v. 1, p. 4-14. 2006.

DECETY, J.; JACKSON, P. L. The functional architecture of human empathy. *Behavioral Cognitive Neuroscience*. n. 3, v. 2, p. 71-100. 2004.

DECETY, J.; ECHOLS, S.; CORRELL, J. The blame game: the effect of responsibility and social stigma on empathy for pain. *Journal of Cognitive Neuroscience*. n. 22, v. 5, p. 985-997. 2010.

DECETY, J.; SVETLOVA, M. Putting together phylogenetic and ontogenetic perspectives on empathy. *Developmental Cognitive Neuroscience*. n. 2, v. 1, p. 1-24. 2012.

DECETY, J.; SKELLY, L. R.; KIEHL, K. A. Brain response to empathy-eliciting scenarios involving pain in incarcerated individuals with psychopathy. *JAMA Psychiatry*. n. 70, v. 6, p. 638-45. 2013b.

ECHOLS, S.; CORRELL, J. It's more than skin deep: Empathy and helping behavior across social groups. *In: Decety, J. (ed.) Empathy: from bench to bedside*. Cambridge, MA: MIT Press. 2012. p. 55–71.

EDGAR, J. L.; LOWE, J. C.; PAUL, E. S.; NICOL, C. J. Avian maternal response to chick distress. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*. n. 278, v. 1721, p. 3129–3134. 2011.

FOOT, P. The problem of abortion and the doctrine of the double effect in virtues and vices. *Oxford Review*. n. 5, p. 5-15. 1967.

FRANKLIN, R. G.; NELSON, A. J.; BAKER, M.; BEENEY, J. E.; VESCIO, T. K.; LENZ-WATSON, A.; ADAMS, R. B. Neural responses to perceiving suffering in humans and animals. *Social Neuroscience*. n. 8, v. 3, p. 217–227. 2013.

GALINSKY, A. D.; MOSKOWITZ, G. B. Perspective-taking: decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of Personality and Social Psychology*. n. 78, v. 4, p. 708-24. 2000.

GLEICHGERRCHT, E.; YOUNG, L. Low levels of empathic concern predict utilitarian moral judgment. *PLoS ONE*. n. 8, v. 4, a. 60418, p. 1-9. 2013.

GOLDSTEIN, T. R. WINNER, E. Enhancing empathy and theory of mind. *Journal of Cognition and Development*. n. 13, p. 19–37. 2012.

HOFFMAN, M. L. Empathy, its limitations, and its role in a comprehensive moral theory. *In: Gewirtz, J.; Kurtines, W. (eds.) Morality, moral development, and moral behavior*. New York: Wiley. 1984. p. 283–302.

HUME, D. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: Editora Unesp. 2000.

JEON, D.; KIM, S.; CHETANA, M.; JO, D.; RULEY, H. E.; LIN, S.Y.; RABAH, D.; KINET, J. P.; SHIN, H. S. Observational fear learning involves affective pain system and Cav1.2 Ca²⁺ channels in ACC. *Natural Neuroscience*. n. 13, v. 4, p. 482-8. 2006.

KIDD, D. C.; CASTANO, E. Reading literary fiction improves theory of mind. *Science*. n. 342, v. 6156, p. 377-380. 2013.

KOENIGS, M.; YOUNG, L.; ADOLPHS, R.; TRANEL, D.; CUSHMAN, F.; HAUSER, M.; DAMASIO, A. Damage to the prefrontal cortex increases utilitarian moral judgments. *Nature*. n. 446, v. 7138, p. 908-911. 2007.

LANGFORD, D. J.; TUTTLE, A. H.; BROWN, K.; DESCHENES, S.; FISCHER, D.B.; MUTSO, A.; ROOT, K.C.; SOTOCINAL, S.G.; STERN, M.A.; MOGIL, J.S.; STERNBERG, W.F. Social approach to pain in laboratory mice. *Social Neuroscience*. n. 5, v. 2, p. 163-70. 2010.

LEVINE, M.; PROSSER, A.; EVANS, D.; REICHER, S. Identity and emergency intervention: how social group membership and inclusiveness of group boundaries shape helping behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*. n. 31, v. 4, p. 443-53. 2005.

MALHOTRA, D.; LIYANAGE, S. Long-term effects of peace workshops in protracted conflicts. *Journal of Conflict Resolution*. n. 49, p. 908-924. 2005.

MECH, D. Alpha Status, Dominance, and Division of Labor in Wolf Packs. *Canadian Journal of Zoology*. n. 77, v. 8, p. 1196-1203, 1999.

MILLER, R. M.; HANNIKAINEN, I. A.; CUSHMAN, F. A. Bad actions or bad outcomes? Differentiating affective contributions to the moral condemnation of harm. *Emotion*. n. 14, v. 3, p. 573-87. 2014.

MONTALAN, B.; LELARD, T.; GODEFROY, O.; MOURAS, H. Behavioral investigation of the influence of social categorization on empathy for pain: a minimal group paradigm study. *Frontiers in Psychology*. n. 3, v. 389, p. 1-5. 2012.

MORTON, T.A.; POSTMES, T. Moral duty or moral deference? The effects of perceiving shared humanity with the victims of ingroup perpetrated harm. *European Journal of Social Psychology*. n. 41, p. 127-134. 2011.

MOTZKIN, J. C.; NEWMAN, J. P.; KIEHL, K. A.; KOENIGS, M. Reduced prefrontal connectivity in psychopathy. *Journal of Neuroscience*. n. 31, v. 48, p. 17348-17357. 2011.

MÖBLE, T.; KLIEM, S.; REHBEIN, F. Longitudinal effects of violent media usage on aggressive behavior: The significance of empathy. *Societies*. n. 4, p. 105-124. 2014.

NEUBERG, S. L.; CIALDINI, R. B.; BROWN, S. L.; LUCE, C.; SAGARIN, B. J. Does empathy lead to anything more than superficial helping? Comment on Batson et al. (1997). *Journal of Personality and Social Psychology*. n. 73, v. 3, p. 510-516. 1997.

NICHOLS, S. R.; SVETLOVA, M.; BROWNELL, C. A. The role of social understanding and empathic disposition in young children's responsiveness to distress in parents and peers. *Cognition, Brain, Behavior. An interdisciplinary journal*. n. 13, v.4, p. 449-478. 2009.

NUSSBAUM, M. C. *Poetic justice: the literary imagination and public life*. Boston: Beacon, 1995.

NUSSBAUM, M. C. *Cultivating humanity: a classical defense of reform in liberal education*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

OLINER, S. P.; OLINER, P. M. *The altruistic personality: rescuers of Jews in Nazi Europe*. New York, NY: Free Press. 1988.

PARSONS, C. E.; STARK, E. A., YOUNG, K. S.; STEIN, A; KRINGELBACH, M. L. Understanding the human parental brain: a critical role of the orbitofrontal cortex. *Social Neuroscience*. n. 8, v. 6, p. 525-43. 2013.

PRESTON, S. D. The origins of altruism in offspring care. *Psychological Bulletin Journal*. n. 139, v. 6, p. 1305-1341. 2013.

PRESTON, S. D.; HOFELICH, A. J. The many faces of empathy: parsing empathic phenomena through a proximate, dynamic-systems view of representing the other in the self. *Emotion Review*. n. 4, v. 24-33. 2012.

PRINZ, J. The emotional bases of moral judgments. *Philosophical Explorations*. n. 9, v. 1, p. 29-43. 2006.

PRINZ, J. Is empathy necessary for morality? In: Coplan, A.; Goldie, P. (eds.) *Empathy: philosophical and psychological perspectives*. Oxford: Oxford University Press. 2011. p. 211-229.

SEELEY, W. W.; MENON, V.; SCHATZBERG, A.F.; KELLER, J.; GLOVER, G. H.; KENNA, H.; REISS, A. L.; GREICIUS, M. D. Dissociable intrinsic connectivity networks for salience processing and executive control. *Journal of Neuroscience*. n. 27, v. 9, p. 2349-56. 2007.

SHAMAY-TSOORY, S. Empathic processing: Its cognitive and affective dimensions and neuroanatomical basis. In: Decety, J. & Ickes, W. (eds.). *The Social Neuroscience of Empathy*. Cambridge, MA: MIT Press. 2009. p. 215-232.

SINGER, P. *The expanding circle: ethics and sociobiology*. New York, NY: Farrar Straus & Giroux. 1981.

SMITH, A. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

TITCHENER, E. B. *Lectures on the experimental psychology of thought-processes*. New York: Macmillan. 1909.

UNDERWOOD, B., MOORE, B. Perspective-taking and altruism. *Psychological Bulletin*. n. 91, p. 143–173. 1982.

VAN LANGE, P. A. Does empathy trigger only altruistic motivation? How about selflessness or justice? *Emotion*. n. 8, v. 6, p. 766-774. 2008.

VASCONCELOS, M.; HOLLIS, K.; NOWBAHARI, E.; KACELNIK, A. Pro-sociality without empathy. *Biology Letters*. n. 8, v. 6, p. 910–912. 2012.

WIECH, K.; KAHANE, G.; SHACKEL, N.; FARIAS, M.; SAVULESCU, J. & TRACEY, I. Cold or calculating? Reduced activity in the subgenual cingulate cortex reflects decreased emotional aversion to harming in counterintuitive utilitarian judgment. *Cognition*. n. 126, v. 3, p. 364-72. 2013.

WISPÉ, L. The distinction between sympathy and empathy: to call forth a concept, a word is needed. *Journal of Personality & Social Psychology*. n. 50, p. 314-321. 1986.

YODER, K. J.; DECETY, J. Spatiotemporal neural dynamics of moral judgment: a high-density ERP study. *Neuropsychologic*. n. 60, p. 39-45. 2014b.

XU, X.; ZUO, X.; WANG, X.; HAN, S. Do you feel my pain? Racial group membership modulates empathic neural responses. *Journal of Neuroscience*. n. 29, v. 26, p. 8525-8529. 2009.

Received/Recebido: 11/03/21
Approved/Aprovado: 02/04/21